

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Relatório**

**Visita de trabalho de uma delegação da  
Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias ao  
Conselho Superior do Ministério Público**

Pelas 15 horas do dia 20 de março de 2012, realizou-se na sede do Conselho Superior do Ministério Público, sita na Rua da Escola Politécnica, em Lisboa, uma reunião de trabalho entre uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG) - composta pelo seu presidente, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), e pelas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Hugo Velosa, Hugo Lopes Soares, Andreia Neto, Paulo Simões Ribeiro, Paulo Rios de Oliveira e Margarida Almeida, pelo PSD; Ricardo Rodrigues, Jorge Lacão, Luís Pita Ameixa, Filipe Neto Brandão, Isabel Oneto e Elza Pais, pelo PS; Teresa Anjinho, pelo CDS/PP; Cecília Honório, pelo BE; e José Luís Ferreira, pelo PEV - e uma delegação do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) - composta pelo seu Presidente, Procurador-Geral da República, Conselheiro Fernando Pinto Monteiro; pela Vice-Procuradora-Geral, Conselheira Isabel São Marcos; pelos Procuradores-Gerais Distritais, Dra. Francisca Van Dunem e Drs. Alberto Pinto Nogueira, Euclides Dâmaso Simões e Luis Bilro Verão; pelo Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Barbosa de Sousa; pelos Procuradores Adjuntos Dras. Maria Isabel Varandas Fernandes e Catarina Cavaco Elvas e Drs. José Ferreira Fernandes e Antero Morais Taveira; pelo Procuradores da República, Drs. Carlos Adérito Silva Teixeira e António Andrade Romão; pelos membros eleitos pela Assembleia da República, Prof. Dr. José Bonifácio Ramos e Drs. Alfredo Castanheira Neves, Nuno Soares de Oliveira, André Oliveira de Miranda e José Conde Rodrigues; e pelo Dr. António Barradas Leitão, membro designado pelo Senhor Presidente da República.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu a disponibilidade manifestada pelo Conselho Superior do Ministério Público, evidenciou a importância e o carácter inédito

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

da reunião, enquadrada no programa de contactos da Comissão com instituições e profissões judiciais destinado a refletir sobre preocupações comuns e a contribuir para encontrar soluções para melhorar o sistema de justiça, e propôs a criação de um grupo de trabalho que integrasse elementos da CACDLG e do CSMP, com o objetivo de agilizar e informalizar a discussão das matérias que forem entendidas pertinentes.

Intervieram então os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Ricardo Rodrigues (PS) e José Luís Ferreira (PEV) e as Senhoras Deputadas Teresa Anjinho (CDS/PP) e Cecília Honório (BE), que fizeram comentários e colocaram algumas questões referentes ao funcionamento do CSMP e ao seu relacionamento com a Procuradoria-Geral da República (PGR); às expectativas em relação às revisões dos códigos de processo civil e penal; à situação da revisão do estatuto do Conselho; à importância dos pareceres emitidos no âmbito do processo legislativo; às críticas ao sistema de justiça e à falta de celeridade dos processos; à criminalidade e à sua relação com crise financeira; e, finalmente, à questão da igualdade no acesso à justiça.

O Senhor Presidente do CSMP respondeu, a título pessoal, às questões apresentadas e emitiu opinião acerca da necessidade de repensar a composição do Conselho, designadamente em relação à paridade dos seus elementos e de alargar os poderes de gestão do PGR no âmbito das competências do CSMP; às dificuldades na emissão atempada de pareceres atendendo à periodicidade das reuniões do plenário; à injustiça dos “julgamentos” na comunicação social e à dificuldade de resolver a situação; aos atrasos da justiça e às demoras causadas pelas perícias; e, finalmente, às consequências práticas da alegada existência de “uma justiça para ricos e outra para pobres”.

Seguidamente, intervieram os seguintes membros do CSM: Dra. Francisca Van Dunem, Drs. Alberto Pinto Nogueira, Euclides Dâmaso Simões e Luis Bilro Verão, Prof. Dr. José Bonifácio Ramos, Drs. António Barbosa de Sousa, António Barradas Leitão, José Conde Rodrigues e Alfredo Castanheira Neves, Dras. Catarina Cavaco Elvas e Maria Isabel Varandas Fernandes e Drs. José Ferreira Fernandes, António Andrade Romão, Antero Morais Taveira, Carlos Adérito Teixeira, André Oliveira de Miranda e Nuno Soares de Oliveira.

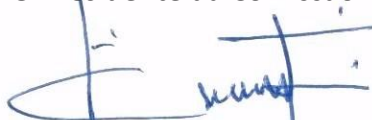
## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Os intervenientes referiram-se à duração dos inquéritos; à morosidade dos processos e às suas causas, designadamente a demora das perícias; deram sugestões para promover a celeridade, como notificações por *email*, acordos sobre a sentença, suspensão provisória do processo, limitação de testemunhas, recurso obrigatório para fixação de jurisprudência, etc.; aludiram à vantagem de encurtar o leque de prioridades constantes da Lei de Política Criminal; aos pareceres que o CSMP emite no âmbito do processo legislativo; à necessidade de especialização dos magistrados do Ministério Público e de reforço das pequenas e médias instâncias criminais; à reforma da justiça e às alterações aos códigos de processo; à importância dos trabalhos da Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenómeno da Corrupção; às questões relacionadas com a necessidade da criação de uma estrutura permanente, com poderes deliberativos que possa reunir entre os plenários do CSMP; à reestruturação do CSMP e às competências processuais e de gestão do PGR; à necessidade de formação em relação a determinados tipos de crimes; tendo ainda sido abordada a questão da “justiça para ricos e justiça para pobres”.

Foi então acordado entre todos que seria constituído um grupo de trabalho conjunto entre a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – constituído pelos coordenadores dos grupos parlamentares – e pelo Conselho Superior do Ministério Público – cuja composição será posteriormente comunicada – com o objetivo de aproximar as duas entidades e, de um modo mais informal, refletir sobre as questões que se entenderem pertinentes, contribuindo para solucionar as dificuldades encontradas.

A reunião terminou às 17 horas e 45 minutos.

**O Presidente da Comissão**



**(Fernando Negrão)**

**Nota: Relatório aprovado em 04-04-2012**